



Ministério da Cultura

SECRETARIA EXECUTIVA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo Nº 00001/2009 ao Convênio Nº 00030/2008. Nº Processo: 01400003160200826. Convenientes: Concedente: MINC-COORD-GERAL DE EXEC. ORÇ. E FINANC/FNC, Unidade Gestora: 340001, Gestão: 00001. Conveniente: SECRETARIA DA CULTURA, CNPJ nº 07.954.555/0001-11. Interventente: CEARA GOVERNO DO ESTADO, CNPJ nº 07.954.480/0001-79. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do convênio. Vigência: 10/03/2009 a 30/06/2009. Data de Assinatura: 10/03/2009. Signatários: Concedente: RANULFO ALFREDO MANEVY DE PEREIRA MENDES, CPF nº 030.739.606-19, Conveniente: FRANCISCO AUTO FILHO, CPF nº 016.648.403-20, Interventente: CID FERREIRA GOMES, CPF nº 209.120.133-20.

(SICONV - 11/03/2009)

DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA

EXTRATOS DE PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO

Convênio 701333/2008-MINC/FNC, processo nº 01400.009795/2008-37. Concedente: Ministério da Cultura, CNPJ 01.264.142/0002-00. Conveniente: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo/SP, CNPJ 51.531.051/0001-80. Objeto: prorrogar de ofício o prazo de vigência até 08/03/2012. Data e assinatura: 11/03/2009, Elaine Rodrigues Santos, Diretora de Gestão Interna, CPF 719.876.736-20.

Convênio 702595/2008-MINC/FNC, processo nº 01400.004837/2008-43. Concedente: Ministério da Cultura, CNPJ 01.264.142/0002-00. Conveniente: Fundação Cultural do Estado de Tocantins/TO, CNPJ 05.025.468/0001-54. Objeto: prorrogar de ofício o prazo de vigência até 05/03/2010. Data e assinatura: 09/03/2009, Elaine Rodrigues Santos, Diretora de Gestão Interna, CPF 719.876.736-20.

Convênio nº 702595/2008-MINC/FNC, processo nº 01400.003109/2008-14. Concedente: Ministério da Cultura, CNPJ 01.264.142/0002-00. Conveniente: Município de Veranópolis, CNPJ 98.671.597/0001-09. Objeto: prorrogar de ofício o prazo de vigência até 20/02/2010. Data e assinatura: 27/02/2009, Elaine Rodrigues Santos, Diretora de Gestão Interna, CPF 719.876.736-20.

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

EDITAL Nº 5/2008, DE 9 DE MARÇO DE 2009 CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NOS CARGOS DE ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DA ATIVIDADE CINEMATOGRAFICA E AUDIOVISUAL E ANALISTA ADMINISTRATIVO

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, nos termos da Portaria nº 162, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no Diário Oficial da União de 20 de junho de 2008, no uso de suas atribuições e considerando o constante no Edital no 001/2008 de 18 de novembro de 2008, publicado no Diário Oficial da União em 24 de novembro de 2008, e suas retificações, torna pública a Relação dos Candidatos convocados para matrícula no Curso de Formação - Etapa II do Concurso Público de provas e títulos para provimento, em caráter efetivo, das vagas nos cargos de Especialista em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual e Analista Administrativo e estabelece normas e procedimentos para o ato.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Ficam convocados para matrícula no Curso de Formação, em primeira chamada, os candidatos relacionados no Anexo I deste Edital.

1.2. O Curso de Formação será realizado em conformidade com o Anexo II deste Edital - Regulamento do Curso de Formação.

2. DA MATRÍCULA

2.1. A matrícula da primeira chamada deverá ser realizada até o dia 13 de março de 2009, exclusivamente na forma descrita neste Edital.

2.1.1. Não será aceita matrícula condicional ou extemporânea.

2.2. Para efetuar a sua matrícula o candidato deverá proceder da seguinte forma:

2.2.1. Acessar a página do concurso no endereço eletrônico www.concursos.uff.br e imprimir o formulário Ficha de Matrícula no Curso de Formação.

2.2.1.1. O candidato que não conseguir obter o formulário Ficha de Matrícula no Curso de Formação deverá entrar em contato com a PROAC/COSEAC/UFF, pelo telefone (21) 2620-1248, para receber as orientações necessárias, não podendo alegar posteriormente a impossibilidade de realização da matrícula em função da não obtenção do referido Formulário.

2.2.2. Preencher corretamente os campos do formulário Ficha de Matrícula no Curso de Formação e assiná-lo.

2.2.3. Encaminhar o formulário Ficha de Matrícula no Curso de Formação, devidamente preenchido e assinado, através do fax número (21) 2620-1248, ou do e-mail atendimentoconcursos@uff.br, para a PROAC/COSEAC/UFF dentro do período determinado no subitem 2.1 deste edital.

2.2.3.1. O candidato deverá enviar para o e-mail atendimentoconcursos@uff.br um arquivo no formato jpg ou similar com a sua fotografia digitalizada, até o dia 01 de abril de 2009. A fotografia deverá ser recente, colorida e no tamanho (3X4).

2.2.4. No primeiro dia de aula, na atividade de credenciamento, o candidato deverá entregar:

a) uma cópia simples do seu documento oficial de identidade, apresentando juntamente o respectivo original para conferência;

b) o seu formulário Ficha de Matrícula preenchido e assinado.

2.3. O candidato que não efetuar a matrícula no período indicado ou não entregar a documentação exigida, na data determinada no subitem 2.2.4, perderá o direito à participação no Curso de Formação e será eliminado do Concurso.

2.4. Havendo vagas ociosas serão feitas novas convocações de candidatos para matrícula até completar o número de vagas, dentro de cada código programático, por meio de Editais específicos, a serem divulgados na página do concurso no endereço eletrônico www.concursos.uff.br.

2.5. Os candidatos relacionados nas novas convocações deverão efetuar matrícula no período e na forma determinados nos editais específicos.

2.6. A relação atualizada dos candidatos matriculados estará disponível na página do concurso no endereço eletrônico www.concursos.uff.br até o último dia útil antes do início do Curso de Formação.

3. DA REALIZAÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO

3.1. O Curso de Formação será realizado no período de 06 de abril a 07 de maio de 2009, nos dias úteis das 8h30min às 17h30min.

3.1.1. A distribuição da carga horária encontra-se no Anexo II deste Edital.

3.2. O Curso de Formação será realizado no seguinte endereço: Rua da Alfândega - no 111 - Centro - Rio de Janeiro - RJ.

3.3. A prova do Curso de Formação será aplicada no dia 08 de maio de 2009, das 12h30min às 17h30min, no mesmo endereço constante no subitem 3.2.

3.3.1. A aplicação da prova e os critérios de aprovação constam no Anexo II deste Edital.

3.4. As disciplinas e os conteúdos programáticos constam no Anexo II deste Edital e o cronograma das aulas de cada disciplina será disponibilizado na página do concurso no endereço eletrônico www.concursos.uff.br a partir do dia 01 de abril de 2009.

4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. O candidato deverá conhecer o Regulamento do Curso de Formação, não podendo alegar desconhecimento de qualquer das suas partes.

4.2. Os casos omissos serão resolvidos em conjunto pela PROAC/COSEAC/UFF e pela ANCINE.

ANEXO I

As informações encontram-se na seguinte ordem: número de inscrição e nome do candidato, em ordem alfabética.

Cargo: Especialista em Regulação/ E51: 451.471-8 - Anna Carolina de A Monteiro de Barros / 451.764-4 - Daniel Vidal Mattos / 451.368-1 - Gustavo Gindre Monteiro Soares / 452.953-7 - Luciano Trigo Teixeira / 451.433-5 - Marcial Renato de Campos / 452.158-7 - Tatiana Negri Machado Paschoal; Cargo: Especialista em Regulação/ E52: 456.226-7 - Ana Lúcia da Costa e Silva / 455.687-9 - Andre Schubert Pfeil / 451.868-3 - Bruno Henrique da Silva Miguel / 457.423-0 - Bruno Henrique Versiani Schröder / 452.212-5 - Clarice Saadi Murtinho / 454.750-0 - Fernanda Mazzeo Ribeiro Consentino / 455.298-9 - Mark Steven Joseph Wundheiler / 453.435-2 - Yuri Jacob Lumer; Cargo: Especialista em Regulação/ E53: 454.223-1 - Marcelle Pires de Araujo e Araujo / 451.713-0 - Rejane Pires Calazans Matos; Cargo: Especialista em Regulação/ E54: 452.333-4 - Armando Simões de Castro Filho / 457.468-0 - Barbara Malta Rabello / 450.509-3 - Fernanda Pereira Milet / 452.173-0 - Juliano Cesar Alves Vianna / 455.567-8 - Leandro de Sousa Mendes / 456.053-1 - Maria Gabriela Pereira de Lima Gomes / 453.028-4 - Paulo Ricardo Zilio / 451.326-6 - Viveca Moura de Farias; Cargo: Especialista em Regulação/ E55: 454.699-7 - André Henrique Guimarães Maia / 456.520-7 - Gil Vicente Vaz Oliveira / 451.154-9 - Luciana de Sant Anna Buchala / 450.647-2 - Márcia Franke Piovesan / 453.619-3 - Márcia Valadares Viegas Lopes; Candidato portador de deficiência: Cargo: Especialista em Regulação/ E55 - 452.959-6 - Ricardo Cesar Pecorari.

MANOEL RANGEL
Diretor-Presidente

ANEXO II

REGULAMENTO DO CURSO DE FORMAÇÃO EM REGULAÇÃO DA ATIVIDADE CINEMATOGRAFICA E AUDIOVISUAL

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE

CAPÍTULO I - DA VINCULAÇÃO

Art. 1º - O presente Regulamento vincula-se ao Edital no 001/2008, ao seu anexo e às suas retificações, aos atos e instruções complementares da Pró-Reitoria de assuntos Acadêmicos / Coordenadoria de Seleção da Universidade Federal Fluminense - PROAC/COSEAC/UFF, à Constituição Federal e aos demais diplomas legais pertinentes.

CAPÍTULO II - DA NATUREZA E DOS OBJETIVOS

Art. 2º - O Curso de Formação em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual para o Cargo efetivo de Especialista em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual, doravante, neste Regulamento, designado "Curso", constitui a segunda e

última etapa do Concurso Público para provimento das vagas do referido cargo, em conformidade com o disposto no Edital no 001/2008, seu anexo e suas retificações, da Agência Nacional do Cinema e reger-se-á por este Regulamento, atos e instruções complementares da PROAC/COSEAC/UFF.

§ 1º - O Curso, como parte integrante do Concurso Público, tem caráter eliminatório e classificatório.

§ 2º - O Curso tem por objetivos:

I - geral: complementar, ampliar e desenvolver o nível de conhecimento teórico-prático em conformidade com as diretrizes gerais presentes na Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004;

II - específico: fornecer ao candidato marcos teóricos, analíticos e conhecimentos necessários ao futuro desempenho das atividades inerentes ao seu cargo, proporcionando uma visão abrangente, integrada e prospectiva das funções referentes às atividades especializadas de fomento, regulação, inspeção, fiscalização e controle da legislação relativa à indústria cinematográfica e videofonográfica, bem como à implementação de políticas e à realização de estudos e pesquisas respectivos a essas atividades.

CAPÍTULO III - DA COORDENAÇÃO DO CURSO

Art. 3º - O Curso será ministrado pela PROAC/COSEAC/UFF, em conformidade com o Edital nº 001/2008 e suas retificações.

§ 1º - Compete à PROAC/COSEAC/UFF, por meio da Coordenação do Curso, implementar, acompanhar e avaliar as atividades pedagógicas e administrativas relacionadas à sua execução.

§ 2º - O acompanhamento e a supervisão das atividades do Curso ficarão a cargo da PROAC/COSEAC/UFF e da ANCINE.

§ 3º - A Coordenação do Curso será composta por um Coordenador Acadêmico e um Coordenador Administrativo indicados pela PROAC/COSEAC/UFF.

§ 4º - A Coordenação do Curso disporá de uma Secretária Acadêmica para a função de apoio permanente.

CAPÍTULO IV - DO CURSO - ESTRUTURA, METODOLOGIA E NORMAS

Art 4º - O Curso tem a carga horária total de 160 (cento e sessenta) horas e é estruturado em 6 (seis) módulos, constituídos pelas disciplinas e respectivos conteúdos indicativos, na forma a seguir:

Módulo I - Contextualização da Indústria Audiovisual Mundial- 18 h;

Disciplina:

1.1 - Introdução à Economia Política das Atividades Audiovisuais I - 4 h;

1.2 - Nascimento e Estruturação da Indústria Audiovisual Mundial - 4 h;

1.3 - Direito, Economia e Política Internacional do Audiovisual - 4h;

1.4 - Políticas Audiovisuais Comparadas: casos de países não-hegemônicos - 4 h;

1.5 - História e estratégia da indústria cinematográfica norte-americana - 2 h.

Introdução à Economia Política das Atividades Audiovisuais - 4 h - Comércio e peculiaridades dos produtos audiovisuais. Cadeia produtiva da indústria audiovisual e a cadeia produtiva do cinema. As janelas de exibição (segmentos de mercado) e os fluxos de recursos. Dimensão do mercado audiovisual no mundo. Os grandes players do mercado audiovisual. A economia da indústria audiovisual norte-americana e sua escala global. Os rumos da indústria: digitalização e personalização do consumo. Modelos institucionais, intervenção pública nas atividades audiovisuais. O modelo institucional europeu; Nascimento e Estruturação da Indústria Audiovisual Mundial - 4 h -

A invenção do cinema: arte e indústria nascente. A indústria cinematográfica norte-americana até a Segunda Grande Guerra: A formação do studio system e do star system. Economia e modos de financiamento da produção cinematográfica A estruturação da indústria audiovisual norte americana no pós-guerra: A desestruturação do Studio System (Paramount X USA) e o novo papel do cinema independente. O advento da TV e a indústria cinematográfica. A estruturação da produção independente na televisão norte americana: a regulação estatal (Fyn-Syn e PTAR). A indústria cinematográfica europeia até a Segunda Grande Guerra: economia e modos de financiamento. O modelo privado europeu: ascensão e queda dos estúdios Gaumont, Pathé. A atuação estatal: UFA (Alemanha) e Cinecittá (Itália). Outros modelos europeus. A estruturação da indústria audiovisual europeia no pós-guerra. A constituição do CNC e CSA (França). O contraponto ao cinema americano: as políticas estatais e as TVs públicas. Modelo de financiamento das TVs públicas. A União Europeia e Mercado Audiovisual Comum. A privatização do espaço "herteziano" e a Diretiva "Televisão Sem Fronteiras". O modelo indiano de "Bollywood"; Direito, Economia e Política Internacional do Audiovisual - 4 h - A política internacional do audiovisual. As principais medidas nacionais de apoio à cultura e sua relação com o direito internacional do comércio. Instrumentos internacionais com implicação na cooperação para o desenvolvimento da indústria cinematográfica e audiovisual: as principais vantagens dos acordos de co-produção e sua incompatibilidade com o GATS. Os serviços audiovisuais no âmbito da Organização Mundial do Comércio. O audiovisual no âmbito da Convenção da Diversidade Cultural da UNESCO. As políticas do audiovisual no âmbito do MERCOSUL; Políticas Audiovisuais Comparadas - 6 h - O problema dos riscos de homogeneização de conteúdo. A regra de tratamento igualitário na aquisição de conteúdo (musty carry). Instrumentos de garantia da pluralidade social, cultural e ideológica. O pluralismo informativo. Mecanismos de proteção ao interesse nacional. Mecanismos automáticos e seletivos (diretos) de fomento. Defesa da concorrência e pluralismo de conteúdo. Diferenças entre controle do meio de distribuição e controle do conteúdo distribuído. Políticas e estratégias de incentivos à produção nacional e regional. Estratégias de fomento à diversidade na produção e distribuição de programas de televisão e cinema. Experiência de cotas de produção nacional e



regional na televisão. A criação de espaços para produtores independentes. Aspectos políticos e econômicos da proteção à produção independente. Fundos públicos para a produção de conteúdo nacional e regional. Experiências nacionais da diversidade de conteúdo na TV. O incentivo à produção regional de cinema: prêmios e financiamento de produções regionais. Resultados reflexos e impactos sócio-econômicos da regionalização: formação de mão de obra fora dos eixos tradicionais de produção. Defesa da concorrência e pluralismo de conteúdo. Breve Análise Comparada das Políticas de Financiamento, Proteção e Regulação da Indústria Audiovisual: (a) União Européia (normas comunitárias); (b) Europa: França, Itália, Reino Unido, Portugal e Espanha; (c) Ásia: Coreia do Sul; (d) América do Norte: Canadá e México; (e) América do Sul: Argentina -

Módulo II - Contextualização da Indústria Audiovisual Brasileira e o papel da ANCINE - 16 h:

2.1 - História da Indústria Cinematográfica Brasileira até a Embrafilme - 4 h

2.2 - O fomento cinematográfico na época da experiência da Embrafilme - 4 h

2.3 - Contextualização histórica e empresarial da televisão no Brasil - 4 h

2.4 - A Agência Nacional do Cinema - 2 h

2.5 - A centralidade da TV aberta no audiovisual brasileiro - 2 h

2.6 - Panorama da produção e do mercado audiovisual no Brasil - 2 h

2.7 - Contextualização histórica dos novos instrumentos de fomento ao audiovisual (PAR, FSA, Editais) - 2 h

História da Indústria Cinematográfica Brasileira até a Embrafilme - 4 h - História do cinema brasileiro. Os ciclos do cinema. Estratégias de viabilização econômica da produção dos filmes em cada ciclo. Gargalos e problemas econômicos de sustentabilidade da indústria cinematográfica em cada ciclo. A relação do Estado com o cinema: intervenção econômica na produção e distribuição. Políticas de incentivo. As cotas mínimas de exibição. Contexto histórico, político e econômico do nascimento e expansão da Embrafilme. O papel do Concine. Crise e extinção do modelo Embrafilme/Concine. A nova fase de estímulos públicos: as leis de incentivo. A "Retomada da produção". Contextualização da criação do GEDIC e da ANCINE. Resultados econômicos da "Retomada"; Contextualização histórica e econômica da televisão no Brasil - 4 h - As origens e sua vinculação ao rádio. As iniciativas pioneiras: Chateaubriant e a Tupi. A regionalização das emissoras. Concessões e regras para a radiodifusão de sons e imagens no Código Brasileiro de Telecomunicações. O papel da Embratel e a formação das redes nacionais. A Globo e o declínio dos concorrentes. Acordo Globo/Time-Life. Inovações trazidas pela Globo. A televisão brasileira e o regime militar. A política das concessões pós re-democratização. Ameaças ao domínio da Globo: apogeu e crise da TV Manchete. A dinâmica atual do mercado: Globo, Record, Bandeirantes e SBT. As programadoras e distribuidoras brasileiras no Sistema de Televisão por Assinatura. A televisão brasileira em tempos de convergência digital: os interesses em pauta; A Agência Nacional do Cinema - 2 h - Histórico: a proposta de um novo modelo de intervenção do Estado na indústria cinematográfica (MP 2228-1). ANCINE e Secretaria do Audiovisual - SAV/Minc: competências e atribuições complementares. A duplicidade de função: a herança do fomento e a regulação de mercado. O campo de atuação e as competências regulatórias: poder normativo, de fiscalização, sancionatório e de recomendação. A estrutura da ANCINE e o exercício da regulação: registro, monitoramento, fiscalização, regulamentação (IN's) e a gestão da informação. A transparência e a participação popular: a ouvidoria e a consulta pública; Contextualização histórica dos incentivos fiscais de fomento ao audiovisual - 2 h - A busca pelo lucro e a sustentabilidade financeira da produção: os papéis da iniciativa privada e do Estado. Contexto de criação das Leis de Incentivo baseadas em renúncia fiscal. Lei Sarney. Lei Rouanet: mecanismos de apoio à produção audiovisual. Lei do Audiovisual: os mecanismos de apoio. Legislação da Conversão de Dívida. A legislação de apoio à produção de programas televisivos: o art. 39 da MP 2228-1; Panorama da produção e do mercado audiovisual no Brasil - 2 h - Palestra com o panorama geral (dados) da produção e do mercado audiovisual no Brasil no período de 2003 a 2008; Contextualização histórica dos novos instrumentos de fomento ao audiovisual (PAR, FSA, Editais) - 2 h - Palestra sobre a contextualização histórica da criação e formatação dos novos mecanismos de fomento ao audiovisual. Os Funcines: criação e estágio atual. O Prêmio Adicional de Renda: criação do fomento automático e primeiros resultados. Os editais de fomento. O fomento no marco da cooperação internacional. O Fundo Setorial do Audiovisual -

Módulo III - Dinâmica Empresarial das Atividades Audiovisuais - 26 h:

3.1 - Introdução à Economia Política das Atividades Audiovisuais II - 4 h

3.2 - Dinâmica do Mercado Cinematográfico - 6 h

3.3 - Dinâmica do Mercado de Televisão e produção independente - 4 h

3.4 - Utilização de Recursos Incentivados - 6 h

Economia Empresarial e Gestão Audiovisual - 6 h - PARTE GERAL Estruturas do mercado da mídia. Economias de escala e de escopo. Estratégias corporativas. Concentrações verticais, horizontais e diagonais. Efeitos da concentração do market share: a visão da empresa e a visão governamental. Economia da mídia e políticas públicas: princípios aplicáveis, pluralidade de informação e direito de acesso, regulação da propriedade nas comunicações, concentração do mercado e promoção da concorrência, regionalização da produção e ingresso de novos fornecedores de conteúdo. MERCADO CINEMATOGRAFICO Características do mercado cinematográfico: cadeia produtiva, estruturação das rendas, falhas de mercado, barreiras à entrada e obstáculos à produção independente, impactos de novas tecnologias. MERCADO DE TELEVISÃO Características do mer-

cado de televisão: cadeia produtiva, modelos de financiamento das emissoras e programadoras, falhas de mercado, windowing. OBRIGAÇÕES REGULATÓRIAS Obrigações regulatórias das empresas audiovisuais: prestação de informações e envio de relatórios; registro de empresas audiovisuais; registro de obras audiovisuais; hipóteses de incidência, responsabilidade e recolhimento da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (CONDECINE); cumprimento da cota de tela; Dinâmica do Mercado Cinematográfico - 8 h - PRODUÇÃO. Produção e agentes envolvidos. Custos de produção: tipos e componentes orçamentários. Negative costs (below the line, above the line) e P&A (cópias, publicidade/divulgação). Fases da produção: pré-produção, produção propriamente dita, pós-produção. Causas de variação dos custos de produção. Contratação e desenvolvimento do roteiro. Conceitos de obra original, obras derivadas, remakes, seqüências, development deal e turnaround. Estratégias de financiamento. Recursos próprios. Financiamento bancário. Garantia de finalização (completion guarantee). Aquisição antecipada por exibidores e distribuidores. Blind bidding. Aquisição antecipada por emissoras ou programadoras. Co-produção. Recursos incentivados. DISTRIBUIÇÃO. O papel da distribuição: avanços na comercialização, comissões, royalties. Custos de distribuição. Relações entre produtores, distribuidores e exibidores: as janelas e os mecanismos de repartição de receitas entre os agentes da indústria cinematográfica. Planejando o lançamento de uma obra cinematográfica: Decisão de investimento em P&A e projeção de receitas nas diferentes janelas. Estratégias de distribuição: exclusiva (restringida ou limitada), exibição em plataforma e estréia maciça. Blockbooking. Repartição da receita de exibição e comissão de distribuição. Conceito de janelas de exibição e segmentos de mercado. PRODUÇÃO INDEPENDENTE. Características básicas: inovação, especialização, promoção de novos talentos. Relação entre produtores independentes e as majors. RELAÇÕES CONTRATUAIS. Os contratos de distribuição e a negociação para exibição nas demais janelas. Relações contratuais típicas: pickup deal, first look deal, exclusive deal, housekeeping deal. ESTUDOS DE CASO. Projeção de lucratividade de um filme hipotético com planejamento de lançamento e projeção de rendimentos nos vários segmentos de mercado; Dinâmica do Mercado de Televisão - 6 h - Sistemas de distribuição: radiodifusão, televisão por assinatura (Cabo, MMDS e DTH), vídeo doméstico, vídeo sob demanda e novas formas de distribuição. Estratégias de programação e constituição da grade. Formatos de programas de televisão. Produção para televisão. Produção própria, comissionamento/terceirização, co-produção e aquisição. Relação entre emissoras e produtoras independentes. Conceito de pitching. Estratégias de merchandising, product placement e brand placement; Utilização de Recursos Incentivados - 6 h - Mecanismos de fomento às atividades cinematográficas e audiovisuais. Políticas de fomento da indústria cinematográfica e audiovisual: programa nacional de apoio à cultura (Lei n.º 8.313/91 e alterações posteriores) e programa de fomento à atividade audiovisual (Lei n.º 8.685/93 e alterações posteriores). A utilização do mecanismo do inciso X do art. 39 da Medida Provisória n.º 2.228-1/2001. O Fundo Setorial do Audiovisual. Mecanismos de fomento para o segmento de mercado de salas de exibição. Classificação das empresas produtoras proponentes de projetos de produção independente de obras audiovisuais. Elaboração, apresentação e o acompanhamento de projetos de obras audiovisuais -

Módulo IV - O Audiovisual e as Tecnologias da Comunicação - 10 h:

4.1 - Introdução aos Sistemas de Comunicação - 4 h

4.2 - Cinema Digital - 2 h

4.3 - Comunicação Multimídia - 2 h

4.4 - Televisão Digital - 2 h

Introdução aos Sistemas de Comunicação - 4 h - Conceitos Básicos. Divisão do espectro eletromagnético. Sinais analógicos e digitais. Largura de Banda. Modulação e Multiplexação de sinais. Evolução do processo de digitalização. Separação entre redes e serviços. Conteúdos audiovisuais e sistemas de comunicação: as novas possibilidades; Cinema Digital - 2 h; Comunicação Multimídia - 2 h - Definição de multimídia. Tipologia da representação multimídia (texto, imagem, gráfico, animação, áudio e vídeo). Redes de comunicação multimídia. Serviços de Comunicação Multimídia: definição e aspectos regulatórios. Conteúdos audiovisuais em redes multimídia. Audiovisual sobre redes IP: as novas possibilidades; Televisão Digital - 2 h - Definição de "TV digital". Os sistemas existentes (padrões). Panorama da situação da TV digital terrestre no mundo. O Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre. Aspectos técnicos e jurídicos. A televisão digital e os impactos no ambiente regulatório e concorrencial (rede e conteúdo): As questões do operador de rede, compartilhamento e multiprogramação no caso brasileiro

Módulo V - Regulação - 66 h:

5.1 - Audiovisual, Comunicação, Espaço Público e Cidadania - 4h

5.2 - Histórico das políticas públicas para comunicação eletrônica até a década de 1980 - 4h

5.3 - Histórico das políticas públicas de comunicação no país: da década de 1980 aos dias atuais - 4 h

5.4 - Reestruturação do Estado Brasileiro e as Agências Reguladoras - 4 h

5.5 - As Agências Reguladoras e seu poder Normativo - 2h

5.6 - Regulação Econômica e o Processo Administrativo - 4 h

5.7 - Noções básicas de Microeconomia - 6 h

5.8 - Regulação Econômica: princípios básicos - 8 h

5.9 - Elementos da Economia Institucional - 4 h

5.10 - Defesa da Concorrência: a visão econômica - 4 h

5.11 - O Sistema Jurídico de Defesa da Concorrência - 4h

5.12 - Regulação de Conteúdo Audiovisual - 4 h

5.13 - Panorama da Regulação em Conteúdos Audiovisuais

5.14 - Regulação da Propriedade Intelectual no Ambiente Audiovisual - 4h

5.15 - Liberdades públicas e intervenção estatal no conteúdo audiovisual - 2 h

5.16 - Regulação e Defesa da Concorrência aplicada ao Audiovisual: a convergência e o debate contemporâneo - 4h

Audiovisual, Comunicação, Espaço Público e Cidadania - 4 h - Princípios norteadores da elaboração de políticas públicas e de regulação nas Comunicações e no Audiovisual. Esfera pública. Cidadania. Sociedade Civil. Controle Público-social. Comunicação e Estado de Direito. Comunicação e Direito Social. Comunicação e Cidadania. Comunicação e os limites da intervenção da Sociedade Civil; Histórico das políticas públicas de comunicação no país - 8 h

A Política da Comunicação Social anterior ao CBT - Código Brasileiro de Comunicações. O Código Brasileiro de Comunicações de 1962 e suas atualizações. A estruturação da radiodifusão brasileira e o papel do Estado no regime militar. A estruturação das redes entre cabeças de rede e afiliadas. Análise comparativa das políticas de comunicação no Brasil e em outros países nas décadas de 60 e 70. A Política da Comunicação na Nova República. A Lei do Cabo de 1995: a constituição do consenso e os interesses envolvidos. "Rasgando" o CBT: a LGT de 1997 e o contexto da privatização do sistema Telebrás. Os grupos de comunicação na privatização do sistema. Análise comparativa das políticas de comunicação no Brasil e em outros países nas décadas de 80 e 90. A concentração dos meios de comunicação no mercado multimídia. Histórico da regulação brasileira na área de audiovisual. O cenário atual e estrutura de mercado das comunicações eletrônicas no Brasil. Os desafios da construção do marco regulatório em tempos de convergência digital. Os projetos de Lei Geral de Comunicação Social Eletrônica (ou Comunicação de Massa). O projeto da Ancinav sob a ótica da Comunicação Social. Análise do PL-29/2007; Reestruturação do Estado Brasileiro e as Agências Reguladoras - 4 h - Visão geral e princípios norteadores da Reestruturação do Estado no governo FHC. Surgimento das Agências Reguladoras no país: O rompimento de monopólios e as privatizações. O processo de delegação à iniciativa privada de atividades privativas do poder público. O papel regulador do Estado. Desenho atual das agências reguladoras: autonomia político-administrativa e econômico-financeira; As Agências Reguladoras e seu poder Normativo - 2 h - Princípio da legalidade e regulamento administrativo. Hipótese de delegação de poderes legislativos. Competência regulamentar. O poder normativo das agências reguladoras. Estado democrático de direito, a legitimidade e o alcance da atuação normativa das agências reguladoras. A relação de supervisão ministerial e a questão do recurso hierárquico. O controle exercido pelos poderes e pelos órgãos de controle. A atuação do Poder Judiciário na revisão das decisões das agências reguladoras; Regulação Econômica e o Processo Administrativo - 6 h - Ato Administrativo e Processo Administrativo. Princípios do Processo Administrativo. Recursos no Processo Administrativo. Prescrição da Ação Punitiva Pela Administração Pública Federal. A Participação dos Interessados no Processo Administrativo Federal. Poder regulamentar, Regulação Setorial e Processo Administrativo. Defesa da Concorrência e Processo Administrativo. Regulação Econômica e o Controle Jurisdicional; Noções básicas de Microeconomia - 6 h - O modelo de Concorrência Perfeita e o conceito de eficiência econômica. Falhas de mercado e redução do bem-estar. Teoria do Monopólio e Monopólio Natural. Teoria do Oligopólio e Teoria da Firma Dominante. Elasticidade da Demanda. Economia de escala e de escopo. Barreiras à entrada. Métodos de Custos. A infra-estrutura e as indústrias de rede. Externalidades; Regulação Econômica: princípios básicos - 6 h - Conceitos: ofertas e demandas competitivas, equilíbrio, falha do mercado. Necessidade de regulação. Por que regular? As teorias da regulação. Tipologia Geral de Intervenção do Estado sobre o Domínio Econômico. A questão do equilíbrio econômico e financeiro. Estratégias regulatórias: incentivos, command and control e teoria dos jogos. Instituições e estruturas: conceito, estrutura e lógica de atuação de um órgão regulador. Análise de custo benefício e a definição do conteúdo da regulação. O problema da resistência ao cumprimento da regulação. Regulação concorrencial. Regulação e interesse público. Regulação por controle direto, por incentivo e mercado; Elementos da Economia Institucional - 4 h - Motivações normativas para a regulação de mercados. O enfoque da teoria positiva da regulação. A demanda por regulação: o modelo Stigler-Peltzman. Grupos de interesse e lobby. Estrutura da oferta de regulação. Oportunismo do regulador. Regulação positiva na prática; Defesa da Concorrência: a visão econômica - 4 h - Estrutura, conduta e desempenho. Concentração Vertical e Horizontal. Definição de Mercado Relevante. Barreiras à entrada. Teoria dos Mercados Contestáveis. Comportamento Estratégico e teoria dos jogos. Comportamento Monopolístico: discriminação de preços e preços predatórios. A relação entre concorrência, regulação e políticas industriais; O Sistema Jurídico de Defesa da Concorrência - 4 h - Política de Defesa da Concorrência. Lei 8884/84 e o tripé CADE, SDE, SEAE. Órgãos e Agências reguladoras: o papel de cada um. Conteúdos audiovisuais e o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Possíveis alterações na legislação; Regulação de Conteúdo Audiovisual - 8 h - Conceitos da regulação econômica e social do audiovisual: Bases e critérios da regulação econômica do audiovisual: livre concorrência, diversidade das fontes de informação e garantia de circulação do produto nacional. Bases e critérios da regulação social do audiovisual: princípios constitucionais relativos à soberania nacional, à cultura brasileira, à diversidade de fontes de informação e à função social da propriedade. A importância da regulação do audiovisual pelo Estado no contexto da convergência tecnológica. Conceito de mercado multimídia. Comparação entre as cadeias de valor no ambiente convergente com as cadeias de valor tradicionais dos setores de telecomunicações e mul-

